

A AUTOEDUCAÇÃO E O PAPEL FORMATIVO DA INCUBADORA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNESP DE ASSIS NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO EM UMA COOPERATIVA DE CATADORAS/ES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO OESTE PAULISTA

SELF-EDUCATION AND THE FORMATIVE ROLE OF THE UNESP DE ASSIS POPULAR COOPERATIVES INCUBATOR FOR THE PROMOTION OF GENDER EQUALITY IN A COOPERATIVE OF RECYCLABLE MATERIALS COLLECTORS IN THE OESTE PAULISTA

LA AUTOEDUCACIÓN Y EL PAPEL DE FORMACIÓN DE LA INCUBADORA DE COOPERATIVAS POPULARES DE LA UNESP DE ASSIS EN LA PROMOCIÓN DE LA IGUALDAD DE GÉNERO EN UNA COOPERATIVA DE COLECTORAS/ES DE MATERIALES RECICLABLES EN EL OESTE PAULISTA

Bruna Oliveira MARTINS¹

Henrique Tahan NOVAES²

Resumo: Este artigo apresenta resultados parciais de um estudo em andamento que pretende verificar se o processo de autoeducação das/os trabalhadoras/es e as práticas formativas realizadas pela Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis contribuem para a promoção da igualdade de gênero em uma cooperativa de catadoras e catadores de materiais recicláveis do Oeste Paulista. Consideramos que os Empreendimentos Econômicos Solidários são lugares pedagógicos, uma vez que neles, os sujeitos produzem e compartilham saberes a fim de criar instrumentos que amparam o trabalho associado. Entretanto, devido à precariedade do trabalho e das condições sociais e econômicas das/os trabalhadoras/es, estas/es demandam outras experiências de formação, que no período de pandemia da COVID-19, ficam dificultadas. A hipótese norteadora da pesquisa é que, embora com limites e contradições, a autoeducação e as práticas formativas contribuem para o estabelecimento de relações de gênero mais igualitárias. Para a realização desta investigação, estamos

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília. Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: oliveira.martins@unesp.br  <https://orcid.org/0000-0002-3651-130X>

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília. Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: hetanov@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0001-5247-3684>

<http://doi.org/10.36311/1519-0110.2022.v23n1.p31-52>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

utilizando como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa empírica. Identificamos potencialidades no que tange à construção de uma consciência crítica das/os trabalhadoras/es acerca das relações de gênero existentes no local. No entanto, observamos uma alta sobrecarga de trabalho destinado às mulheres.

Palavras-chave: autoeducação, trabalho associado, economia solidária, gênero; Catadores de Materiais Recicláveis.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta resultados parciais de um estudo em andamento que possui o objetivo principal de verificar se o processo de autoeducação das/os trabalhadoras/es e as práticas formativas propiciadas pela Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis (Incop Unesp Assis) contribuem para a promoção da igualdade de gênero na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região (COOCASSIS). Em tempos de pandemia da COVID-19, vivenciamos um aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas. Paralelo a isso, presenciamos uma precarização do acesso à educação resultante das orientações necessárias de distanciamento social: nem todos os empreendimentos possuem acesso à internet e os que possuem, têm dificuldades no que tange à qualidade dela. Nesse cenário, é de grande relevância o problema de pesquisa que é levantado por meio desse estudo – o processo de autoeducação e as práticas formativas realizadas pela Incop Unesp Assis contribuem para a promoção da igualdade de gênero em uma cooperativa de catadoras e catadores de materiais recicláveis do Oeste Paulista?

A hipótese norteadora da pesquisa é que, embora com limites e contradições, o processo de autoeducação no trabalho e as práticas formativas realizadas pela Incubadora no empreendimento contribuem para o estabelecimento de relações de gênero mais igualitárias. Para alcançar os objetivos específicos: analisar as relações de gênero no empreendimento; analisar o processo de autoeducação das/os trabalhadoras/es e analisar as práticas formativas realizadas pela Incop Unesp Assis na Cooperativa, adotamos os procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa empírica.

A pesquisa bibliográfica compreendeu um levantamento, seleção, leitura e análise de dados coletados dos principais livros, teses, capítulos de livro e artigos científicos na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Scientific Electronic Library Online (SciELO). Na pesquisa documental, estamos analisando os principais documentos da Incubadora e da Cooperativa, bem como os principais registros de preparação das práticas formativas realizadas com o empreendimento.

A pesquisa empírica foi realizada por meio de observação direta e de entrevistas individuais semiestruturadas. Entrevistamos três mulheres e dois homens que trabalham na Cooperativa, uma integrante, uma coordenadora e um coordenador da Incubadora, que possuem as informações necessárias para a pesquisa. As entrevistas ocorreram com autorização por meio da apresentação dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido

(TCLE), foram transcritas e estão sendo analisadas. A forma de análise de dados é analítico-explicativa, baseada no registro, análise e interpretação do fenômeno em busca de identificar causas e efeitos. Estamos buscando demonstrar as tendências de seu desenvolvimento e as forças que o determinam. As principais categorias que estamos utilizando são: história, autoeducação, formação, gênero, conflito social e contradições.

Para delimitarmos o objeto de pesquisa, realizamos um levantamento inicial acerca dos empreendimentos de catadoras e catadores do Oeste e Centro Oeste Paulista incubados pela Incop Unesp Assis. A cooperativa em questão foi escolhida de acordo com a sua grande relevância para a cidade e para a região onde está localizada e à relação duradoura de confiança que estabelece com a Incubadora. Pretendemos, por meio desse estudo, contribuir para a área da educação, trabalho e movimentos sociais e para a aproximação das universidades com o enfrentamento dos problemas sociais e econômicos perpetuados pelo modo de produção e modelo societário vigente.

Pode-se afirmar que o capitalismo não insere todas as pessoas no mercado de trabalho. Dessa forma, o trabalho associado ressurge na América Latina como uma estratégia de lutar pela sobrevivência de grande parte da população e de experimentar outras relações de trabalho mais democráticas e mais justas. No trabalho associado de viés mais democrático, as/os trabalhadoras/es realizam a gestão dos meios de produção e controlam a divisão dos rendimentos provenientes do uso da força de trabalho. As organizações de trabalho associado podem ser pautadas por diversas ideologias e metodologias, sendo a Economia Solidária (ES) uma delas.

A ES surge no Brasil na década de 1980 como uma possibilidade de geração de trabalho e renda e como um outro modo de produção, diferenciado do modo capitalista. A partir da propriedade coletiva do capital e de princípios e valores como a igualdade, solidariedade, autogestão, cooperação e etc, as/os trabalhadoras/es atuam em iniciativas e em Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs) – associações e/ou cooperativas populares que adotam os princípios e valores da ES para a organização e execução do trabalho.

A participação expressiva de mulheres nos empreendimentos de ES da América Latina, em especial nos empreendimentos brasileiros de catadoras/es de materiais recicláveis, demonstra a relevância de considerar o gênero como uma categoria significativa na análise das condições deste trabalho. As/os catadoras/es desempenham um trabalho extremamente precarizado, sendo, portanto, submetidas/os a um alto nível de exploração e de desigualdade. As mulheres, sobretudo as mulheres negras, sempre estiveram ainda mais vulneráveis dentro do mercado de trabalho, uma vez que, para elas, são destinados os trabalhos mais desvalorizados ou nenhum trabalho (DAVIS, 2016). No cenário brasileiro, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), a taxa de desemprego é maior entre as mulheres e entre os homens pretos e pardos. Ainda que exerçam a mesma função, as mulheres brancas, pretas e pardas possuem rendimento menor que homens da mesma cor. Entre pretas/os e pardas/os, no entanto,

essa diferença é menor devido à inserção em trabalhos que oferecem rendimentos mais baixos, embasados no valor mínimo (IBGE, 2018).

O trabalho da catação de materiais recicláveis oferece um rendimento baixo para as/os trabalhadoras/es. A categoria das/os catadoras/es de materiais recicláveis cresce no contexto de *crise do capital* na década de 1970. Com as modificações do processo produtivo e das relações de produção adotadas no neoliberalismo, o consumo teve crescimento significativo, o que provocou uma geração acentuada de resíduos sólidos. Frente a um cenário de desemprego estrutural e de desregulamentação do trabalho, as/os trabalhadoras/es encontram, no trabalho de catação dos materiais recicláveis, uma alternativa de trabalho e renda (WIRTH, 2010). A partir da organização das/os catadoras/es em associações e cooperativas de trabalho, viabilizada pela articulação com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a categoria pode lutar pela sua formalização, fortalecimento, por melhores condições de vida e de trabalho e por reconhecimento social frente à situação de informalidade e de exploração (MNCR, 2008). A formação dessas/es trabalhadoras/es demonstra ser essencial para a minimização da precariedade do trabalho e da desigualdade de gênero e para a luta de resistência ao capitalismo.

A formação das/os catadoras/es engloba tanto processos de autoeducação como práticas formativas que podem ser realizadas e promovidas por entidades de apoio e fomento aos EESs, como por exemplo as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Os processos de autoeducação compreendem a construção e o compartilhamento de conhecimentos adquiridos por meio do próprio cotidiano de trabalho e pelas experiências de troca em ações coletivas, na participação em assembleias, reuniões, eventos e no movimento social da categoria. As práticas formativas são oficinas, reuniões, rodas de conversa, dinâmicas, grupos de trabalho e etc que podem capacitar e desenvolver as/os trabalhadoras/es para a organização e execução do trabalho associado, que é uma modalidade de trabalho diferente da que a maior parte das pessoas estão acostumadas.

A Cooperativa em questão é um EES que surgiu em 2001 como iniciativa de um grupo de trabalhadoras/es desempregadas/os que, juntamente à universidade, desenvolvia um trabalho composto por discussões a respeito da problemática social, econômica e política do desemprego, com o intuito de desenvolver espaços de reflexão crítica acerca do fenômeno e das suas repercussões na vida deste grupo (CARVALHO, 2008). Com o apoio do poder público de Assis, da Cáritas Diocesana e da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Assis, o grupo de trabalhadoras/es começou a se desenvolver e a construir o modo de organização do trabalho, até ser oficialmente formalizado em 2003. Atualmente, a Cooperativa possui mais de 100 trabalhadoras/es, que realizam a tarefa de coleta dos materiais recicláveis nas residências, nas instituições e nas ruas, triagem, enfardamento, estocagem e comercialização.

A universidade realiza o trabalho com a Cooperativa por meio da Incop Unesp Assis. A Incubadora foi formalizada em 2006 enquanto projeto de extensão universitária

e núcleo profissionalizante do curso de graduação de psicologia, com o objetivo de promover ações de formação e de assessoria técnica para as/os trabalhadoras/es de iniciativas de ES e/ou dos EESs. A experiência da incubação desses empreendimentos nos permite ponderar sobre uma participação expressiva de mulheres, especialmente em posições que demandam responsabilidade, atenção, delicadeza, cuidado e liderança.

1. MUNDO DO TRABALHO, CATADORAS/ES E GÊNERO

Com o surgimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista, a categoria do trabalho passou por importantes transformações. De forma generalizada, quando o trabalho passa a ser assalariado, é convertido em uma categoria de troca, regulada pelo mercado. Segundo Marx (2004), no capitalismo, as/os trabalhadoras/es são expropriadas/os dos seus meios de produção, dispondo apenas da força de trabalho. Esta, por sua vez, passa a ser vendida para as/os donas/os dos meios de produção em troca de um salário, que nunca corresponde à quantidade de trabalho integral realizada.

Marx (2004) analisa que as relações capitalistas se dão de forma alienada, considerando a relação da trabalhadora e do trabalhador com o seu próprio trabalho, com o produto de seu trabalho, com as/os colegas de trabalho e com a natureza. A reprodução da sociedade capitalista é caracterizada por relações exploratórias entre o ser humano e a natureza e entre o ser humano e a própria espécie, com base na adoção de princípios como a competitividade e o individualismo. Por meio de uma busca incansável pela acumulação de capital e pelo lucro, as condições de trabalho nas quais as/os trabalhadoras/es são submetidas/os não são consideradas pelas/os capitalistas como um elemento fundamental do processo produtivo.

Segundo Novaes (2018), é possível observar que, de forma genérica, nos marcos do sistema capitalista, o trabalho é tido como um meio para satisfazer as necessidades humanas, ao invés de ser a satisfação em si. Sob as perspectivas ambientais e sociais, o trabalho é transformado em atividade compulsória, geradora de sofrimento e de esgotamento dos recursos naturais e das/os trabalhadoras/es. O capitalismo, enquanto processo em movimento, reproduz a si mesmo a partir de uma produção de excedentes e de um crescimento infinito do mercado de mercadorias. Sua expansão, portanto, é desprovida de limites sociais e ambientais (HARVEY, 2013).

Essa expansão promove diversas contradições na relação entre as dimensões econômicas, produtivas, ambientais e sociais. Tais contradições começam a provocar várias crises e sérios conflitos sociais: alguns exemplos são as crises de superprodução, os conflitos comerciais gerados devido à concorrência e à competitividade entre as empresas e os conflitos sociais decorrentes da pobreza, desigualdade e desemprego.

Com novas roupagens, mas partindo do mesmo pressuposto, o modelo capitalista se utiliza de alguns instrumentos e de algumas estratégias para se esquivar das próprias

crises e dos conflitos, gerados ao decorrer do seu desenvolvimento. O ideário neoliberal emerge no mundo como uma estratégia de enfrentamento à *crise estrutural do capital* na década de 1970. A expansão do neoliberalismo é justificada principalmente pelas novas formas e pelos novos meios de restaurar a capacidade de acumulação e de produtividade. Por meio do aprofundamento da exploração e da alienação do trabalho, como, por exemplo, com a implementação de processos de flexibilização e terceirização, a precarização do trabalho é intensificada (SANTOS; PAIXÃO, 2014).

A partir da década de 1970, em período de *crise*, a categoria das/os catadoras/es começa a se expandir. Enquanto sistema de produção de mercadorias, o capitalismo promove a geração de produtos com pouca durabilidade e envoltos por embalagens descartáveis. Algumas das implicações desse sistema são o aumento dos resíduos sólidos e a consequente emergência de outra destinação para eles e de um processo de reciclagem desses materiais.

Bosi (2008) analisa que, no Brasil, a reciclagem em larga escala pôde ser desenvolvida com o barateamento da tarefa da coleta e da separação dos materiais recicláveis e com o estabelecimento de uma remuneração para as/os catadoras/es que compensasse os investimentos tecnológicos empregados neste setor, o que demonstra a condição precária deste trabalho. Muitas/os trabalhadoras/es encontram, na coleta dos resíduos sólidos, uma forma de sobreviver ao desemprego e à pobreza, que são intensificados no sistema capitalista (SÍCOLI, 2007).

No cenário brasileiro, as/os catadoras/es de materiais recicláveis exercem o trabalho de forma individual há mais de cinquenta anos. Em outros países da América Latina, como Colômbia e México, o processo da coleta e da triagem de resíduos sólidos também começa a ser realizado por trabalhadoras/es informais, que passam a exercer o trabalho como um meio de sobreviver à ausência de inserção produtiva. As/os catadoras/es estão, muitas vezes, submetidas/os à baixa remuneração, aos elevados riscos de acidentes de trabalho, ao alto nível de periculosidade e, em alguns casos, de insalubridade e à ausência de direitos trabalhistas e de reconhecimento social pelo poder público e pela sociedade, ou seja, pelos próprios geradores dos resíduos sólidos (GALON; MARZIALE, 2016).

Entre a década de 1990 e 2000, na América Latina, a organização das/os catadoras/es em grupos de diferentes níveis de complexidade foi intensificada. Ainda que os princípios capitalistas como o individualismo e a competitividade estimulem a preponderância do trabalho individual da catadora e do catador no Brasil e na América Latina, a organização deste trabalho, em articulação com os Movimentos Nacionais de Catadores de Materiais Recicláveis, propiciou a união desta parcela da classe trabalhadora, o que possibilitou a luta por reivindicações trabalhistas e por políticas públicas que possam minimizar a precariedade do trabalho (CARVALHO, 2008).

Com o intuito de reunir os líderes das organizações de catadoras/es da América Latina, por meio de congressos e de encontros nas diversas regiões, a Rede

Latinoamericana e do Caribe de Catadores (Red LACRE) foi formada. Constituída pelos Movimentos Nacionais de Catadores de Materiais Recicláveis, a Red LACRE possui o propósito de fortalecer as organizações e de representar os interesses do segmento, buscando o reconhecimento social e econômico, condições trabalhistas salubres, melhor remuneração e maior dignidade (RED LACRE, 2015). No Brasil, o MNCR surgiu no ano de 1999, buscando organizar a categoria e visando sua valorização por meio de princípios de autogestão do trabalho, de combate à exploração e à precarização do trabalho, de maior controle da cadeia produtiva de reciclagem e de solidariedade de classe (MNCR, 2008).

Frente ao aumento do desemprego e das formas precárias de trabalho, os empreendimentos de trabalho associado, que compreendem experiências e iniciativas de auto-organização de trabalhadoras/es (cooperativas populares, associações de trabalho e empreendimentos informais) ressurgem e se proliferam como uma alternativa de criação e de preservação dos postos de trabalho. Para Dal Ri (2010), o trabalho associado, sob viés mais democrático, se difere do trabalho assalariado na medida em que evidencia, na sua prática, a gestão coletiva dos meios de produção e uma política de distribuição dos rendimentos. Os empreendimentos de trabalho associado de catadoras/es se ampliam a partir de algumas perspectivas teóricas e metodológicas. Uma dessas perspectivas é a ES.

No Brasil, a ES surge na década de 1980 como uma alternativa de geração de trabalho e renda e como uma possibilidade de construir outra forma de produção por meio da posse coletiva dos bens e dos meios de produção e outras relações de trabalho, pautadas pela igualdade, pela cooperação e pela solidariedade (SINGER, 2002). Na segunda metade da década de 1990, a ES ganha destaque, contando com o auxílio de organizações não governamentais, ações governamentais, movimentos sociais, sociedade civil e instituições de ensino superior.

O desenvolvimento da ES foi amparado por alguns Projetos Alternativos Comunitários (PACs) financiados pela Cáritas, pela transformação das fábricas falidas em cooperativas autogestionárias, pela criação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), e pelos grupos de produção incubados pelas ITCPs. As ITCPs são projetos de extensão universitária responsáveis pelo apoio técnico e por ações de formação, compostas por alunas/os, funcionárias/os e professoras/es. Elas funcionam a partir da criação de tecnologias sociais, que são ações pedagógicas que possibilitam uma troca entre o “saber popular” e o “saber acadêmico” (ZANIN *et al.*, 2018).

As trabalhadoras e os trabalhadores que pautam seu trabalho pela ES constituem iniciativas de ES ou EESs. Os EESs são associações e/ou cooperativas populares que atuam por meio da gestão democrática, autogestão, igualdade e solidariedade, princípios contrários aos fundamentos capitalistas. No entanto, pode-se afirmar que a constituição desses espaços reproduz, em alguma medida, o modelo econômico e social vigente, uma vez inseridos nesse contexto.

Segundo Kergoat (2002), a divisão sexual do trabalho sempre se deu como elemento de organização do trabalho e da sociedade. Contudo, essa divisão é realizada de forma assimétrica: não significa apenas a atribuição de um tipo de trabalho à mulher e outro tipo de trabalho ao homem, mas implica uma hierarquização desses trabalhos, na qual o trabalho do homem é mais importante e mais valorizado. Para Saffioti (2013), uma parcela das mulheres, em especial as mulheres negras e de camadas menos privilegiadas, mesmo antes do surgimento do capitalismo, já trabalhava no campo, na manufatura, nas oficinas, etc. Elas ocupavam um lugar fundamental na economia, dentro e fora das suas famílias, uma vez que trabalhavam tanto na esfera pública quanto na esfera privada, o que denota um grande volume de trabalho destinado a elas.

Responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos, as mulheres, mesmo as que também trabalhavam fora de casa, eram tidas socialmente como *cuidadoras*. Os homens, ao exercer trabalhos de maior prestígio na esfera pública, eram considerados *provedores* da família (SOUSA; GUEDES, 2016). Com o surgimento do capitalismo, as mulheres brancas e de classes sociais mais elevadas foram inseridas de forma massiva no mercado de trabalho. No entanto, essa inserção foi realizada de forma periférica, uma vez que continuavam a desempenhar funções menos prestigiadas socialmente, trabalhos mais precarizados e mais repetitivos. A ampla inserção da mulher no mercado de trabalho, segundo Saffioti (2013), foi uma estratégia utilizada para enfrentar uma *crise* do capital, como forma de baratear a força de trabalho, mas sem deixar de perpetuar a tradição de submissão e de desigualdade entre os sexos.

A divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista também se dá, portanto, por meio de uma hierarquização da tipificação dos trabalhos masculinos e femininos e ainda é constituída como um elemento de organização do mundo do trabalho e da sociedade, considerando as relações sociais de gênero e raça. Saffioti (2015, p. 31) afirma que “na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual”. Nobre (2003, p. 8) analisa que “funções de extrema importância para nossa existência são desvalorizadas e mantidas às custas do sobretrabalho das mulheres que aumentam suas responsabilidades na mesma medida em que o Estado diminui as suas”.

A emergência do estudo das relações das classes de gênero, de raça e de classe social não se deve apenas às estatísticas nacionais e internacionais da desigualdade existente entre elas, mas também às dificuldades e às responsabilidades que tornam a vida dessas mulheres mais vulnerabilizadas (SAFFIOTI, 2015). Desnaturalizar as relações que são construídas a partir dessas categorias, pela perspectiva da categoria do trabalho, se faz essencial para passar a considerar a mulher como sujeito, como trabalhadora e como elemento relevante para a continuidade do sistema e, principalmente, para a luta pela transformação dele (NOBRE, 2003). A igualdade de gênero, nesse sentido, pode ser compreendida não apenas como a equivalência entre fatores masculinos e os femininos,

mas como a busca pela “igualdade substantiva na vida social, na qual mulheres e homens de diferentes raças/etnias, orientação sexual e identidade de gênero, possam vivenciar sua diversidade sem opressão” (OLIVEIRA; SANTOS, 2010, p. 13).

A atuação expressiva das mulheres nos empreendimentos de ES vem sendo estudada pelas/os pesquisadoras/es da América Latina nas últimas décadas (COSTA, 2011). As mulheres começaram a atuar nas experiências autogestionárias quando a maior parte dos homens não mais atuavam e quando a luta das classes trabalhadoras já estava enfraquecida (WIRTH, 2010). Nesse contexto, o trabalho das mulheres catadoras emerge como uma alternativa ao desemprego e como uma forma de sobrevivência. Muitas delas, inclusive, também trabalham como empregadas domésticas (SILVA; MENEGAT, 2015).

Nos empreendimentos de catadoras/es de materiais recicláveis, o desenvolvimento do trabalho se dá por meio da divisão de algumas funções da cadeia de reciclagem, como por exemplo a coleta dos materiais nas residências e nas ruas, a triagem ou a separação dos materiais, o beneficiamento, a prensagem, moagem e a lavagem (PEPINELLI, 2011). Segundo Wirth e Fraga (2012, p. 316), a categoria das/os catadoras/es ocupa, majoritariamente, “etapas de menor valor agregado como a coleta e a triagem”, sendo que, a divisão das funções em EES de catadoras e catadores são realizadas a partir de relações sociais e de gênero nem sempre pautadas na igualdade.

No estudo de caso com duas cooperativas populares de reciclagem do município de Campinas/SP, Wirth (2010, p. 179) identificou uma “nítida divisão sexual do trabalho”. Nas duas cooperativas pesquisadas, as funções consideradas pesadas e que demandam uma maior carga de força física como a prensagem, o carregamento do caminhão e o manejo de fardos eram voltadas para os homens. As atribuições reservadas para as mulheres eram diferentes para os dois empreendimentos — em uma das cooperativas, a triagem era tarefa das mulheres; na outra, as mulheres eram responsáveis pela limpeza, pela cozinha e pela administração da cooperativa. Também, em uma delas, no primeiro ano de pesquisa, essa tipificação dos trabalhos determinava uma implementação de sistema de retiradas desigual entre homens e mulheres.

Silva e Menegat (2015) analisam que a feminização e a precarização do trabalho da catação de materiais recicláveis são categorias associadas. Dessa forma, afirmam:

A tendência à feminização do trabalho e a sua acentuada precarização continuou a se manter atuante no Brasil durante esse século. Nesse cenário, a atividade das mulheres catadoras surgiu como alternativa frente ao estado de desemprego e a falta de opções de ingresso no mercado de trabalho formal, conforme atestam os relatos das entrevistadas durante esta pesquisa. Esse fato corrobora com a ideia de que a falta de perspectivas e qualificação profissional têm proporcionado o direcionamento de homens e, sobretudo de mulheres para as atividades de manuseio de resíduos sólidos, como forma de gerir sobrevivência para si e para seus familiares (SILVA; MENEGAT, 2015, p. 271).

Segundo o MNCR (2014), ao final de 2013, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) publicou o resultado de uma pesquisa que demonstra que as mulheres são 70% da categoria das/os catadoras/es, em especial “mulheres negras e chefes de família”. O movimento analisa que este número pode ser reavaliado uma vez que algumas mulheres consideram o trabalho de catação como complementar, e classificam o trabalho doméstico como função principal. O protagonismo das mulheres os efeitos da intersecção de gênero, classe e raça neste trabalho revelam seus lugares dentro de uma hierarquização de exploração e de opressão, decorrentes do patriarcado, do machismo e da discriminação. A formação de uma consciência crítica das mulheres acerca dessa realidade — seja por meio de processos de autoeducação ou de práticas formativas proporcionadas pelas ITCPs— é fundamental para a luta pela igualdade de gênero e pelo fortalecimento das/os trabalhadoras/es e dos empreendimentos.

2. O PROCESSO DE AUTOEDUCAÇÃO E DE FORMAÇÃO DAS/OS CATADORAS/ES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Para Franzoi e Fischer (2015), o campo da educação pode englobar processos formativos observados tanto na convivência humana, quanto nas instituições de ensino, no trabalho e nos movimentos sociais. Nesse sentido, os processos de autoeducação podem abranger as formas de aprendizagem na convivência humana, no trabalho e nos movimentos sociais.

Os processos de autoeducação em um EES compreendem modos de aprender com as experiências de troca no coletivo — na rotina de um EES, as/os trabalhadoras/es (re)criam ferramentas nas diversas frentes, como por exemplo no artesanato, na reciclagem, na agroecologia, na alimentação e etc (ADAMS *et al.*, 2011). Ademais, por adotar um funcionamento embasado no princípio da autogestão, as/os trabalhadoras/es do empreendimento possuem a necessidade de apreender as atribuições políticas sobre a condição de legalização do local, do controle das despesas e da organização de reuniões internas e assembleias gerais.

Scariot e Costa (2019) analisam, a partir das trajetórias das catadoras de uma associação de reciclagem no Rio Grande do Sul, a importância da troca de experiências realizada no cotidiano deste trabalho — elas aprendem a coletar nas ruas, a triar nas esteiras, a comercializar os produtos, a negociar com a gestão pública e a gerir o empreendimento umas com as outras, tanto dentro do empreendimento como nas ações realizadas pelo movimento social da categoria.

Os principais movimentos sociais das classes trabalhadoras incorporam projetos de autoeducação em suas práticas, uma vez que, nessas organizações, atividades e processos de experiências dos princípios de autogestão e de implantação de lógicas contra-hegemônicas são realizados. O Movimento Zapatista no México e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil são exemplos de experiências

autogestionárias que demonstram a presença de processos de autoeducação nas suas organizações. Caldart (2001), ao analisar a trajetória do MST, afirma que o próprio movimento social educa. A autora observa que a atuação das pessoas em movimentos sociais se constitui enquanto processo de formação humana. Nesse sentido, afirma:

[...] este processo também pode ser interpretado como um processo de formação humana, e mesmo como a materialização de um determinado modo de produção da formação humana, cuja matriz é o próprio Movimento como sujeito e princípio educativo. Isto porque, se fazemos o esforço de buscar compreender o sentido mais profundo da experiência humana de ser Sem Terra, ou ser do MST, nos encontramos com um movimento pedagógico de formação de sujeitos sociais e de seres humanos, que nos remete às questões de origem da própria reflexão pedagógica, ou da reflexão da educação como formação humana: como nos humanizamos, ou nos formamos como humanos? Como se educa uma pessoa para que se desenvolva em sua condição humana? Quais os valores que movem nossa intencionalidade educativa? Para que postura diante da sociedade nossa prática tem educado? (CALDART, 2011, p. 212).

O planejamento das ações nos movimentos sociais possibilita a criação e a consolidação de novas práticas educacionais e pedagógicas. A organização e o movimento das/os trabalhadoras/es pode, nesse sentido, ser um instrumento político e educativo visto que o encontro de interesses comuns fortalece o pensamento a partir do coletivo, o que promove inquietações, construção de autonomia, diálogo e responsabilidade coletiva (PEGORARO, 2015). Para Viana (2018, p. 21), “o próprio processo de luta constitui um momento de autoeducação e autoformação que permite avançar no desenvolvimento de consciência”.

Alves (2016, p. 39), ao pesquisar sobre a contribuição da/o pedagoga/o para o fortalecimento da luta dos catadores de materiais recicláveis, traça a seguinte reflexão:

Considerar a relação entre educação e movimentos sociais em seu conjunto de experiências e em seus formatos pedagógicos, nos permite reconhecer o caráter educativo do MNCR. O movimento tem participado e proposto experiências pedagógicas, sobretudo, no campo da educação informal e popular. Essas experiências tem estreita relação com o trabalho que os catadores desenvolvem, com o modo de produção e consumo dos resíduos, com as medidas tomadas por agentes externos e, também, com as iniciativas e bandeiras de lutas que o próprio movimento levanta.

Segundo Ferrarini e Adams (2015), a quantidade de EESs no Brasil teve amplo crescimento nas três últimas décadas. As/os trabalhadoras/es da ES passaram a reivindicar algumas demandas nos campos da formação política, pedagógica e técnica, ainda que inseridas/os nos movimentos sociais. Por meio da criação da Plataforma da Economia

Solidária e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), essas demandas foram inseridas na agenda política do movimento. A formação em ES pode adotar a metodologia da Educação Popular (EP). O movimento da EP, segundo Freire (1979), foi uma mobilização de massas no Brasil que promoveu diversos procedimentos políticos, sociais e culturais para a conscientização das classes trabalhadoras, ao buscar a superação da exclusão, da dominação, da desigualdade e da opressão.

Como o trabalho associado é uma modalidade de trabalho que as/os trabalhadoras/es não estão habituadas/os, devido ao costume com o trabalho assalariado capitalista no qual a submissão, a fragmentação das atividades, a alienação do trabalho e a ausência de voz nas decisões políticas são pré-requisitos para a manutenção do sujeito no trabalho, muitas/os trabalhadoras/es possuem dificuldades no que tange às experiências autogestionárias. A formação em ES deve ser contínua, tendo em vista a transformação e a desalienação do trabalho. Para Novaes (2015), a formação das classes trabalhadoras deve ser amparada por uma educação emancipatória, que integra reflexões para além do capital, a fim de realmente permitir um outro *modelo* de relações econômicas e sociais. Trein (2007) analisa que a formação de uma consciência crítica pressupõe a compreensão das contradições que permeiam o sistema capitalista, vividas de forma profunda pelas/os trabalhadoras/es.

O processo de formação de uma consciência crítica para a superação da alienação produzida pelo modo de produção capitalista pressupõe a apreensão da realidade histórica como construção de uma totalidade, em que as partes se articulam dialeticamente, deixando para trás sua aparência, revelando assim suas contradições. A consciência crítica desvela no capitalismo a alienação a que estão submetidos os trabalhadores, que se dá não apenas em relação aos meios de produção e do próprio ato de produzir. Esta condição se estende também aos resultados da produção e à própria liberdade de criar bens de uso, que respondam efetivamente às necessidades históricas dos sujeitos sociais. A alienação, como observa Marx, transcende o ato produtivo e se concretiza ao longo de todo o processo de realização do capital (TREIN, 2007, p. 120).

Para Scariot e Costa (2019, p. 90), “a educação popular entende que é necessário criar a contradição no sujeito (desacomodá-lo) para que haja a mudança, a emergência de autonomia”. As ITCPs surgem, portanto, para promover e estimular os espaços de formação de uma consciência crítica das/os trabalhadoras/es acerca da realidade em que vivem. Ainda, desempenham a função importante de intermediar a comunicação entre as/os trabalhadoras/es e a gestão pública. Para Carvalho, Ladeia e Felício (2016), as ITCPs têm auxiliado as/os trabalhadoras/es na luta pelo desenvolvimento de políticas públicas, pelo acesso aos bens e meios de produção e pela inserção produtiva, para além das formações políticas, pedagógicas e técnicas.

As ITCPs desempenham importante papel com relação às políticas públicas setoriais voltadas para segmentos mais atingidos pelas iniquidades sociais, como catadores de materiais recicláveis, artesãos, usuários de saúde mental, egressos do sistema penitenciário, agricultores familiares, pescadores, comunidades tradicionais. Elas têm colaborado para o desenvolvimento de tais políticas, por meio da elaboração e execução de projetos com esses trabalhadores: acesso aos bens e meios de produção, desenvolvimento de tecnologias sociais, inserção produtiva, formação e capacitação técnica na perspectiva da Economia Solidária. Dessa forma, oferece uma contribuição visando sempre ao protagonismo dos trabalhadores e sua organização coletiva (CARVALHO; LADEIA; FELÍCIO, 2016, p. 17).

As ITCPs vinculadas às universidades foram estruturadas a partir de programas ou projetos de extensão, núcleos de extensão ou unidades acadêmicas e contaram, muitas vezes, com o apoio do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), política pública de fortalecimento da ES desenvolvida pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), extinta em 2019. A Incop Unesp Assis surgiu na década de 2000, sendo oficialmente formalizada em 2006.

3. A INCOP UNESP ASSIS E A COOCASSIS

A formalização da Incop Unesp Assis contou com o financiamento do PRONINC e por meio da SENAES, do Ministério do Trabalho (MTE) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Caracterizada como projeto de extensão universitária e também como núcleo de estágio profissionalizante do curso de graduação de psicologia, a Incop Unesp Assis é composta por docentes, estagiárias/os e extensionistas.

A Incubadora busca, na atuação direta com as/os trabalhadoras/es da ES, contribuir para a construção de uma consciência crítica da realidade, e conseqüentemente, para a promoção da igualdade (CARVALHO; LADEIA; FELÍCIO, 2016). Adota referenciais teóricos da ES, da EP, da psicologia sócio-histórica e de metodologias participativas. A metodologia de trabalho empregada pelas equipes na incubação dos grupos populares se dá por meio de idas semanais ao empreendimento e reuniões com uma parte ou com todo o grupo, eventos e formações. As ações são realizadas com o apoio e com os recursos financeiros da Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura da Unesp (PROEX). Atualmente, a Incop Unesp Assis presta assessoria às cooperativas e às associações populares de catadoras/es de materiais recicláveis, de produtoras/es rurais e de usuárias/os da saúde mental.

Percebe-se que a presença de lideranças femininas nas cooperativas de catadoras/es e o trabalho de formação destas promovido pela Incubadora é uma realidade. A educação

para a participação das/os trabalhadoras/es no processo produtivo, na administração, em debates e em deliberações de forma igualitária, a transparência, a cooperação, e outros princípios e valores da ES representa uma luta contra as desigualdades que essas/es trabalhadoras/es vivem no âmbito social e econômico. O acompanhamento do cotidiano das/os trabalhadoras/es é uma ferramenta utilizada pela Incop Unesp Assis como forma de criação de vínculo e de apreensão das principais demandas do trabalho. Para Costa (2020, p. 86), a consolidação das relações entre os grupos e as equipes de incubação dos empreendimentos do Oeste e Centro Oeste Paulista “transforma-se em confiança, permitindo que a Incubadora participe muitas vezes como única mediadora nas negociações entre os grupos que acompanham e os organismos (empresas locais, bancos e prefeitura)”.

As práticas formativas desenvolvidas pela Incop Unesp Assis com os empreendimentos são compostas por oficinas, dinâmicas, reuniões, grupos de trabalho e rodas de conversa que podem promover uma reflexão crítica sobre o trabalho, visando, dentre outras coisas, a independência financeira e administrativa e a formação de lideranças no local de trabalho. A incubação, diante do cenário político, social e econômico contemporâneo, encontra possibilidades, dificuldades e desafios a serem enfrentados.

A naturalização do trabalho assalariado, a realidade material e social do segmento das catadoras e dos catadores e o contexto atual de calamidade pública e sanitária da pandemia da COVID-19 evidenciam alguns limites da repercussão do papel formativo da Incubadora na vida das/os catadoras/es. Os conflitos interpessoais e de poder, a não contratação dos empreendimentos pela gestão pública, a necessidade do comprometimento na gerência do local e a assunção do papel de associada/o e/ou de cooperada/o são algumas das dificuldades encontradas no trabalho associado, que podem ser e que são trabalhadas no processo de incubação.

Além disso, após o desmonte da SENAES em 2017 e extinção em 2019, a ES foi retirada da agenda pública, ou seja, deixou de ser considerada uma ação política importante e necessária, o que dificulta a criação de políticas públicas. Com o MTE também extinto, a temática da ES passa a ser então minimamente alocada no Ministério da Cidadania e na Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana. Dentro desse cenário, os trabalhos em ES se transformam em políticas de assistência social e renda, tornando mais difícil a continuidade do trabalho das/os trabalhadoras/es da ES e das ITCPs (CHIARELLO, 2020).

A COOCASSIS é um EES que teve origem em 2001 ainda enquanto grupo de trabalhadoras/es desempregadas/os que, com o auxílio da universidade, desenvolvia um trabalho composto por discussões a respeito da problemática social, econômica e política do desemprego, com o objetivo de desenvolver espaços de reflexão crítica acerca do fenômeno e das suas repercussões na vida deste grupo (CARVALHO, 2008). Com o apoio do poder público de Assis, da Cáritas Diocesana e da Universidade Estadual

Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus de Assis, o grupo de trabalhadoras/es se desenvolveu e construiu o modo de organização do trabalho, até ser formalizada em 2003.

O início do trabalho na Cooperativa contou com a participação do MNCR e de sindicatos de trabalhadoras/es. A presença das/os catadoras/es do empreendimento em reuniões e eventos com as/os representantes destas organizações foi imprescindível para sua consolidação e para seu fortalecimento. O compromisso com o coletivo é primordial para o bom andamento do trabalho, além da luta por melhores condições de trabalho e de bens e meios de produção. Atualmente, a Cooperativa possui mais de 100 trabalhadoras/es que realizam a tarefa de coleta dos materiais recicláveis nas residências, instituições e nas ruas, triagem, enfardamento, estocagem e comercialização. Percebe-se que dentro da Cooperativa, as mulheres possuem ampla participação em situações de responsabilidade, atenção, delicadeza, cuidado e liderança. Tanto dentro do empreendimento quanto nas práticas formativas proporcionadas pela Incop Unesp Assis e eventos organizados a partir da temática da ES, observamos uma expressiva e ativa atuação das mulheres.

A COOCASSIS é composta por homens e mulheres, sendo que 70% dessas/es trabalhadoras/es são mulheres. A Cooperativa possui uma alta rotatividade de trabalhadoras/es e é dividida em quatro setores: coleta seletiva, barracão, coleta de lixo e administração. Podemos observar que, em geral, as mulheres ocupam as funções nos setores da coleta seletiva, do barracão e da administração, visto que a coleta de lixo é um setor realizado unicamente por homens. Na coleta seletiva, a maior parte das mulheres coleta os materiais recicláveis nas ruas e/ou os organizam dentro do caminhão. No barracão, setor onde há uma presença significativa de mulheres, a triagem, a limpeza e a fragmentação de papéis são funções exclusivas das mulheres, tarefas que exigem maior atenção, cuidado e delicadeza. Os homens ocupam, em geral, as funções que demandam a condução de equipamentos, como os caminhões, a talisca, as empilhadeiras e as prensas.

É possível identificar que os homens também estão presentes em funções que exigem maior força física, como a descarga do caminhão e o carregamento dos *bags* (sacos que comportam os resíduos sólidos). No entanto, algumas mulheres também realizam estes trabalhos e conduzem os equipamentos do caminhão e da prensa. Para as/os trabalhadoras/es da Cooperativa, as mulheres são mais esforçadas, atentas, prestativas e solícitas, cuidam melhor do ambiente de trabalho, dos equipamentos e do grupo e se responsabilizam por um número maior de tarefas do que os homens. Em cargos de liderança, de representação e de administração do empreendimento, as mulheres possuem maior participação que os homens, que, em geral, não se interessam por esse setor.

Devido a um grande número de mulheres no empreendimento e à assunção de mais de uma função do trabalho, inclusive em cargos de representação, as mulheres demonstram um cansaço e um incômodo no que se refere a uma realidade desigual para os homens: na Cooperativa, a maior parte dos homens possui apenas uma função de

trabalho, não assumem cargos de liderança e não se envolvem com questões burocráticas e políticas do trabalho. Em sua maioria, os homens da Cooperativa estão inseridos na coleta de lixo, um setor de trabalho que demanda ampla força física e que não está tão incluso no coletivo. Dessa forma, os homens que saem para coletar o lixo não costumam frequentar o barracão, assembleias, reuniões, práticas formativas enfim, atividades que abarcam a vivência coletiva e o trabalho associado. Ademais, na visão das/os catadoras/es, a rotatividade dos trabalhadores é bem maior que a das trabalhadoras no local.

Com relação ao papel formativo da Incop Unesp Assis no empreendimento, verificamos que não há oficinas, rodas de conversa, dinâmicas, grupos de trabalho ou reuniões que abrangem a temática da igualdade de gênero de forma direta. O tema, no entanto, emerge de forma mais espontânea principalmente em rodas de conversa sobre outros assuntos: cooperativismo, ES, trabalho associado, etc. Para as/os integrantes da Incubadora, a participação das/os trabalhadoras/es nessas rodas é de extrema importância para a construção de uma consciência crítica acerca das desigualdades existentes nas relações de gênero do local. A partir da observação, escutamos as falas das catadoras que decorriam de uma chateação no que se referia à sobrecarga de trabalho destinado a elas. No entanto, falas conformistas e naturalizadas desse lugar desfavorável no ambiente de trabalho são perpetuadas. Em uma das rodas de conversa relatadas pela coordenadora da Incop Unesp Assis, uma catadora conseguiu compreender e verbalizar que a participação expressiva das mulheres no empreendimento se deve ao fato de que as mulheres não podem escolher trabalho, já os homens, querem trabalhar nas indústrias e de carteira assinada, querem trabalhos mais valorizados socialmente, e elas acabam se acomodando em trabalhos restantes, desvalorizados pelo mercado de trabalho e pela sociedade.

Pessoa (2018, p. 71), ao escrever sobre a formação educacional e a igualdade de gênero no MST, assinala uma dificuldade em debater o tema gênero, uma vez que ele “trata das concepções e valores presentes nas relações sociais que são considerados naturais, na e pela sociedade.” O MST é um movimento que começou a pautar o debate sobre gênero recentemente, e que atualmente possui uma política de gênero ao trabalhar com “discursos, ações e práticas para a formação dos militantes forjando novos valores, conscientizando-os das necessidades de mudanças rompendo com as ideologias dominantes.”

Podemos identificar que o MNCR também está começando a incorporar a formação para a igualdade de gênero em suas ações. A título de exemplo, podemos citar a criação e consolidação da Secretaria Estadual de Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis (SEMUC-SP) em 2014. A Secretaria é considerada um braço do movimento, mas com um direcionamento específico para a mobilização das mulheres, tanto nas associações e cooperativas de base como em organizações de âmbito regional e nacional. Algumas mulheres da COOCASSIS, que fizeram parte da representação na Secretaria, relataram suas experiências em formações realizadas nos congressos organizados pela SEMUC-SP que abordaram as temáticas das mulheres negras, sexualidade, violência

doméstica, feminicídio, violência psicológica contra a mulher, gordofobia, organização das mulheres, ES, trabalho doméstico, etc. Entretanto, as mobilizações tanto do MNCR quanto da Secretaria encontram-se enfraquecidas, mesmo em um momento anterior à pandemia da COVID-19. Tal fato pode auxiliar a compreensão de uma postura conformista das mulheres catadoras do empreendimento à papéis sociais de gênero desiguais e desfavoráveis dentro da cooperativa estudada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, por meio deste artigo, apresentar resultados parciais de uma pesquisa em andamento. O desenvolvimento do estudo reforça a importância do alinhamento das universidades com os movimentos sociais e com as classes trabalhadoras, ancorado nos princípios anticapitalistas da igualdade, cooperação e da autogestão. Acreditamos que os EESs são experiências de trabalho associado que potencializam a luta das classes trabalhadoras pela transformação social, ainda que apresentem algumas contradições e limites.

Como resultados parciais, identificamos que as experiências das/os catadoras/es no trabalho, no movimento social e na prática formativa de rodas de conversas promovidas pela Incubadora com o empreendimento demonstram um potencial reflexivo no que tange à construção de uma consciência crítica da realidade das relações de gênero no local mas, concomitantemente, uma postura conformista por parte das mulheres com papéis sociais de gênero desiguais e desfavoráveis. Ademais, constatamos potencialidades no que diz respeito à possibilidades de ascensão a cargos de representação, de liderança e de participação política das mulheres na Cooperativa, acompanhadas de uma grande sobrecarga de trabalho.

As contradições e os limites existentes nesses espaços de trabalho evidenciam a necessidade da formação de redes e de politização nos processos educativos para o fortalecimento das/os trabalhadoras/es da ES, para a consolidação dos vínculos, contribuição para o processo de conscientização, incentivo à participação das/os trabalhadoras/es nos processos de decisões e debates políticos no trabalho e construção de relações sociais pautadas na igualdade.

Para Novaes (2017), muitas/os pesquisadoras/es, extensionistas e professoras/es da América Latina têm estabelecido relações estreitas com os movimentos sociais latino-americanos nos últimos trinta anos. Lechat (2002) demonstra que o comprometimento das/os pesquisadoras/es no movimento social da ES no Brasil, por meio de grupos de trabalho, seminários, pesquisas e projetos de extensão universitária, levam as instituições a um maior envolvimento universitário com as classes trabalhadoras, e, dessa forma, conduzem a universidade ao cumprimento de sua função social e à socialização do conhecimento.

MARTINS, B. O.; NOVAES, H. T. Self-education and the formative role of the Unesp de Assis popular cooperatives incubator for the promotion of gender equality in a Cooperative of recyclable materials collectors in the Oeste Paulista. *ORG & DEMO* (Marília), v. 23, n. 1, p. 31-52, Jan./Jun., 2022.

Abstract: This article presents partial results of an ongoing study that aims to verify whether the process of self-education of workers and the formative practices carried out by the Incubator of Popular Cooperatives of Unesp Assis contribute to the promotion of gender equality in a cooperative of collectors of recyclable materials in Oeste Paulista. We consider that Solidarity Economic Enterprises are pedagogical places, since in them, subjects produce and share various knowledge in order to create instruments that support the associated work. However, due to the precariousness of the work and the social and economic conditions of the workers, they demand other formative experiences, which in the period of the COVID-19 pandemic, became difficult. The guiding hypothesis of the research is that, although with limits and contradictions, the self-education and the formative practices contribute to the establishment of more egalitarian gender relations. To carry out this investigation, we are using bibliographic research, documental research and empirical research as methodological procedures. We identified potentialities regarding the construction of a critical awareness of the workers about the existing gender relations in the place. However, we observed a high workload for women.

Keywords: self-education, associated work, solidarity economy, gender, Recyclable Material Collectors.

Resúmen: Este artículo presenta resultados parciales de un estudio en curso que tiene como objetivo verificar si el proceso de autoformación de los trabajadores y las prácticas de formación realizadas por la Incubadora de Cooperativas Populares de la Unesp Assis contribuyen a la promoción de la igualdad de género en una cooperativa de colectores de materiales reciclables en Oeste Paulista. Consideramos que las Empresas Económicas Solidarias son lugares pedagógicos, ya que en ellas los sujetos producen y comparten diversos saberes con el fin de crear instrumentos que apoyen el trabajo asociado. Sin embargo, debido a la precariedad del trabajo y las condiciones socioeconómicas de las/os trabajadoras/es, estas/os demandan otras experiencias formativas, que en el periodo de la pandemia del COVID-19, se tornaron difíciles. La hipótesis rectora de la investigación es que, aunque con límites y contradicciones, la autoeducación y las practicas formativas contribuyen al establecimiento de relaciones de género más igualitarias. Para llevar a cabo esta investigación, estamos utilizando como procedimientos metodológicos la investigación bibliográfica, la investigación documental y la investigación empírica. Identificamos potencialidades en cuanto a la construcción de una conciencia crítica de las/os trabajadoras/es sobre las relaciones de género existentes en el lugar. Sin embargo, observamos una alta carga de trabajo para las mujeres.

Palabras Clave: autoeducación, trabajo asociado, economía solidaria, género, Recicladores de Material Reciclable.

REFERÊNCIAS

ADAMS, T. *et al.* Tecnologia Social e Economia Solidária: desafios educativos. **Revista Diálogo**. Canoas, n.18, p. 13-35, jan./jun., 2011.

ALVES, A. S. **Formação “De catador para catador”:** o Movimento Nacional dos Catadores na construção de sua autonomia político pedagógica. 2016. 139 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília.

BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho informal: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 23, n. 67, p. 101-116, jun., 2008.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

CARVALHO, A. M. R. **Cooperativa de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS**: espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência. 2008. 310 f. Tese. (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARVALHO, A. M. R.; LADEIA, C. R.; FELÍCIO, R. G. Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis: percurso de uma experiência em extensão universitária. In: CARVALHO, A. M. R.; LADEIA, C. R. (orgs.). **Metodologia de incubação e de diagnóstico participativo**: estratégia de trabalho com grupos populares. São Paulo: Cultura Acadêmica/Bauru, Canal 6, 2016. Cap. 1, p. 11-25.

CHIARELLO, C. L. A trajetória da SENAES em prosa e números: consolidação e réquiem de uma agenda pública para a economia solidária. **ORG & DEMO**. Marília, v. 21, n. 2, p. 97-116, jul./dez., 2020.

COSTA, F. T. B.. As incubadoras e a extensão universitária. **Revista Angolana de Extensão Universitária**. Angola, v. 2, n. 1, p. 85-98, jan./jun., 2020.

COSTA, J. C. Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação! **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 14, n. 1, p. 19-27, jan./jun., 2011.

DAL RI, N. M. (org.). **Trabalho associado, Economia solidária e Mudança Social na América latina**. Marília: Cultura Acadêmica, 2010.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERRARINI, A. V.; ADAMS, T. A educação popular na formação de trabalhadores da economia solidária: avanços políticos e desafios pedagógicos. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v.51, n.2, p. 2012-221, mai./ago., 2015.

FRANZOI, N. L.; FISCHER, M. C. B. Saberes do trabalho: situando o tema no campo trabalho-educação. **Revista Trabalho Necessário**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 20, p. 147-172, jun., 2015.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GALON, T; MARZIALE, M. H. P. Condições de trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis na América latina: uma revisão de escopo. In: PEREIRA, B. C. J; GOES, F. L. (orgs.). **Catadores de Materiais Recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego chega a 14,6% no terceiro trimestre, com alta em 10 estados**. Brasil. 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29520-desemprego-chega-a-14-6-no-terceiro-trimestre-com-alta-em-10-estados>>. Acesso em: 29 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Divulgação Especial. Mulheres no Mercado de Trabalho. Brasil. 2018. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Estudos_especiais/Mulheres_no_Mercado_de_Trabalho_2018.pdf> Acesso em: 29 jun. 2022.

KERGOAT, D. A relação social de sexo. Da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Revista Pró-posições**. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, v. 13, n. 1, p. 47-59, jan/abr., 2022.

LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil**. Economia solidária. São Paulo: Arte e Ciência, 1999. v. 1

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Mulheres são maioria entre catadores de materiais recicláveis**. Brasil. 2014. Disponível em: <<http://www.mnncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **O que é movimento?** Brasil. 2008. Disponível em: <<https://www.mnncr.org.br/sobre-o-mnncr/o-que-e-o-movimento>>. Acesso em: 28 jun. 2022.

NOBRE, M. Mulheres na economia solidária. In: CATTANI, A. (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Alegre, Veraz, 2003, p. 205-211

NOVAES, H. T. A relação universidade-movimentos sociais: embriões de desalienação do trabalho docente? **Revista Novos Rumos**. Marília, v. 54, nº 1, p. 97-124, 2017.

NOVAES, H. T. (org.). **Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital**. Marília: Lutas Anticapital, 2018.

NOVAES, H. T. Trabalho como necessidade vital e trabalho alienado: contribuições para o debate da relação trabalho-educação para além do capital. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, v. 15, n. 65, p. 42-57, dez., 2015.

OLIVEIRA, L.; SANTOS, S. M. M. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Katálysis**. Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, jan./jun., 2010.

PEGORARO, C. **Autoeducação da classe trabalhadora: limites e possibilidades na formação dos intelectuais na Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB**. 2015. 140 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PEPINELLI, R. F. G. **Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores: cadeias produtivas de resíduos, processos tecnológicos e parcerias**. 2011. 183 f. Dissertação. (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

PESSÔA, J. R. **A formação educacional e a igualdade de gênero no Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. 2018. 132 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, Marília.

RED LATINOAMERICANA Y DEL CARIBE DE RECICLADORES. **Quienes somos**. 2015. Disponível em: <<https://www.redrecicladores.net/>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, T. C. C.; PAIXÃO, T. S. A mundialização do capital e seus impactos sobre o processo de trabalho e a educação. **Revista HISTEDBR**. Campinas, n. 59, p. 68-84, out., 2014.

SCARIOT, N.; COSTA, C. Mulheres catadoras de materiais recicláveis de Santana do Livramento/RS: trajetórias de luta em busca da emancipação social. **Revista Didáticas Específicas**. Rio Grande do Sul, n. 20, p. 73-92, 2019.

SÍCOLI, J. L. **Potencialidades e limites da autogestão ao nível da organização do trabalho e suas repercussões à saúde dos trabalhadores: estudo etnográfico da Cooperape-** Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu. 2007. 280 f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, L. C.; MENEGAT, A. S. Trabalho e vida de mulheres catadoras: (re)construindo novas cartografias existenciais. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa, v. 15, n. 2, p. 263-278, 2015.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016.

TREIN, E. A contribuição do pensamento marxista à educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B. (org.). **A questão ambiental no pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

VIANA, N. Marxismo e cultura. **Práxis Comunal**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 13-31, jan./dez., 2018.

WIRTH, I. G. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão?** 2010. 201 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

WIRTH, I. G.; FRAGA, L. Tensões tecnológicas na cadeia produtiva da reciclagem: o interesse do capital e a proposta dos catadores. In: BATISTA, E. L.; NOVAES, H. T.; RODRIGUES, F. C. (orgs.). **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ZANIN, M. *et al.* Incubadora Universitária e Cooperativa de Catadores: Apoio em diferentes cenários. **Revista Ciência em Extensão**. São Paulo, v.14, n.4, p. 9-28, 2018.

Submetido em: 24/02/2022

Aceito em: 10/06/2022

